

História oral, cidade e lazer no tempo presente

Ilanil Coelho*
Fernando Cesar Sossai**

Do ponto de vista científico, a história do tempo presente concede seu pleno sentido ao 'acontecimento'. Ora, o constato dos estudos historiográficos e/ou da epistemologia da história, na atualidade, vem a ser o primado do contemporâneo, do presente e do acontecimento como categoria historiográfica dominante.

Helenice Rodrigues da Silva (2010, p. 3).

A escolha da epígrafe é uma homenagem póstuma à historiadora Helenice Rodrigues da Silva (1943-2013). Foi extraída do texto intitulado *Retorno às questões epistemológicas e metodológicas da história do tempo presente*, apresentado na conferência de abertura da XVII Semana de História da Univille.¹ Até onde sabemos inédito no Brasil, o texto foi produzido por Helenice para atender a um pedido da comissão organizadora, que desejava abrir o evento com um debate sobre algumas questões teórico-metodológicas que deram base à formação do Institut d'Histoire du Temps Présent (IHTP) – instituição à qual ela esteve vinculada como pesquisadora entre os anos de

* Doutora em História Cultural. Professora no curso de História e no Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille. Coordenadora do grupo de pesquisas Cidade, Cultura e Diferença e coordenadora do Laboratório de História Oral da Univille <historiauniville.wix.com/lho>. E-mail: ilanil@uol.com.br.

** Doutorando em Educação. Professor nos cursos de História e Design da Univille. Coordenador do Laboratório de História Oral da Univille. E-mail: fernando.sossai@univille.br.

1 Realizada entre os dias 13 e 17 de setembro de 2010, a XVII Semana de História, teve como tema *História do tempo presente: desafios, sentidos e dilemas para o ofício de historiador*.

2004 e 2005 –, assim como questões que ainda permaneciam na agenda epistemológica do instituto 32 depois da sua criação. À mesma época, desenvolvíamos dois projetos que resultaram na escrita deste artigo, cuja problemática remete a um acontecimento no tempo presente de Joinville (SC), ou seja, a um episódio no “período histórico marcado pela presença de testemunhas e de uma memória viva” (Silva, 2010, p. 3).²

No ano de 2011, a cidade mais populosa do estado de Santa Catarina³ foi surpreendida por um acontecimento singular. Numa das suas principais vias, trabalhadores, estudantes e outros passantes, premidos pelo horário, comprimidos em veículos coletivos ou particulares, em trânsito para as universidades, para o aeroporto, para o *shopping* ou para suas moradias, vivenciaram uma momentânea, porém irritante, desaceleração na vertiginosa experiência de transitar pela cidade. Num final de tarde, por 45 minutos, o trânsito ficou completamente paralisado: uma manifestação promovida pelos moradores de um bairro do município tentava sensibilizar os governantes para que tomassem uma atitude em relação aos percalços que enfrentavam diariamente ao buscarem seus direitos de acesso a equipamentos públicos voltados ao lazer, educação e saúde.

No dia seguinte, imagens estampadas nas primeiras páginas dos jornais locais tentavam explicar pormenorizadamente o fato. Com bandeiras, megafones, apitos, cartazes e cornetas, cerca de 150 moradores do bairro Jardim Sofia (zona norte da cidade), adjacente à via paralisada, tinham resolvido protestar.

2 Ambos os projetos (um de pesquisa, *O pedaço do Sofia*, e o outro de extensão, *Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante*), foram desenvolvidos conjuntamente entre os anos de 2010 e 2011, com financiamento do Fundo de Apoio à Pesquisa da Universidade da Região de Joinville (Univille) e do Fundo Municipal de Apoio à Cultura da Fundação Cultural de Joinville.

3 Conforme dados do Censo de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Joinville conta com uma população de 515.288 habitantes, sendo considerada, em termos populacionais, a terceira maior cidade do sul do Brasil.

Figura 1 – Manifestação de moradores do bairro Jardim Sofia



A imagem ilustrou a matéria “Avenida fechada por 45 minutos”, publicada no jornal *A Notícia* em 24 de fevereiro de 2011. Fotografia de Rogério da Silva.

Ainda que o protesto devesse ser tolerado e compreendido, pois se tratava de gente atingida por carências de toda ordem,⁴ para nós, que estávamos investigando as memórias desse bairro, o acontecimento ecoava nas interpretações que então fazíamos sobre os processos culturais que atravessavam e ainda atravessam as práticas e representações de lazer na cidade.

Em primeiro lugar, os reclamantes irrompiam numa ordem urbana imaginada, subvertendo a cartografia simbólica da cidade. Comumente considerados moradores de periferia, protestavam em favor de um deslocamento do bairro para o centro dos mapas políticos. Intervindo impetuosamente, no

4 O Jardim Sofia virou notícia em numerosos veículos de comunicação do Brasil devido às enchentes que o assolaram durante os anos 1990 e 2000. De acordo com dados da prefeitura, o bairro é constituído por famílias de média renda (chefiadas por pessoas que ganham até 500 reais por mês) e possui altas taxas de gravidez na adolescência (2,16%), de defasagem no ensino fundamental e no ensino médio (12%) e de registros de trabalho infantil (3,30%). Cf. Diagnóstico da Criança e do Adolescente de Joinville (s.d.) e Joinville (2009).

ritmo da experiência temporal urbana, projetavam-se como cidadãos que – de vivência em vivência – reivindicavam o direito de (re)significar, conectar e transformar o futuro da própria cidade.

Em segundo lugar, a aludida obstrução respondia à suposta recorrência no não cumprimento de uma agenda de ações governamentais. Mais ainda, parecia operar uma rede de novos sentidos para os direitos de cidadania, pois, ao combinar reivindicações nas áreas de saneamento básico, saúde, pavimentação, segurança e lazer – sem, contudo, manifestar a intenção de atribuir quaisquer hierarquizações ou urgências segundo critérios do necessário ou desejável – associava os direitos de cidadania aos direitos de consumir equipamentos e serviços variados: academia de esporte, praça, parque, nova via de ligação entre loteamentos habitacionais, ciclovia, posto de saúde e sistema de tratamento de esgoto.

Toda a complexidade intrínseca à contenda, sem dúvida, impedia-nos de significá-la como mais um entre os inúmeros atos de protesto que avançam sobre as urbes contemporâneas. O que estava sendo praticado pelos moradores não era mais uma pichação ou mais um grafite simbólico indicativo das insatisfações com a produção e reprodução de lugares na cidade; tampouco poderia ser analisado apenas sob uma ótica legalista que evocasse as (in)competências do poder público. Para além disso, a manifestação colocava na pauta de discussões o exercício da cidadania no século XXI como articulação entre os direitos políticos (normatizados e reconhecidos pelos aparelhos estatais) e a cosmética mutante de vivências urbanas.⁵

É dessa perspectiva que procuramos problematizar, por entre narrativas de memória e outras fontes, os sentidos e desejos que inserem o lazer nos processos que, a um só tempo, politizam a cidade e produzem identificações culturais. Para tanto, valemo-nos de algumas contribuições teóricas da história do tempo presente, especialmente as que acenam possibilidades e combinações com a metodologia da história oral.

Ainda nessa direção, destacamos, em primeiro lugar, que foram privilegiadas narrativas de memória elaboradas por pessoas idosas moradoras do bairro Jardim Sofia; essas narrativas nos dão algumas pistas para pensar sobre os sentidos e sensibilidades envolvidos nas práticas de lazer experimentadas

5 A ideia de cosmética mutante do urbano baseia-se na obra do antropólogo Massimo Canevacci (2008). Remete à dinâmica sempre transformadora dos modos de apreensão das cidades contemporâneas.

no presente e no passado, e também sobre como o envelhecimento é relacionado com a construção de novos laços sociais no bairro.⁶

A esse respeito Ecléa Bosi destaca que “um mundo social que possui uma riqueza e uma diversidade que não conhecemos, pode chegar-nos pela memória dos velhos” (Bosi, 1994, p. 40). Deste modo, a função da memória, em especial para os historiadores, se “não reconstrói o tempo, não o anula tampouco”, e se não revela o passado, tampouco anula a possibilidade de ser uma fonte para interpretação histórica (Bosi, 1994, p. 47).

Dessa perspectiva, um desafio metodológico se impõe: com a expansão da história oral nas últimas décadas, coloca-se em destaque a reflexão sobre as relações entre memória e história, passado e presente, subjetividades e valor do testemunho.

No tocante a essa discussão, o historiador Michael Pollak (1992) salienta que pessoas, acontecimentos e lugares são elementos constitutivos da memória individual (e também coletiva). Porém, esses elementos são organizados e estruturados no presente narrado pelo trabalho de seleção – submetido a flutuações, transformações e mudanças. Pelas narrativas, as pessoas buscariam construir representações para si próprias e, principalmente, para serem percebidas da maneira como querem ser percebidas pelos outros. Dito de outra forma, as narrativas de memórias são atravessadas por disputas e negociações, impondo ao historiador “levar ainda mais a sério a crítica das fontes” (Pollak, 1992, p. 207).

Assim, ao longo deste escrito, nossa hipótese é a de que, embora desde os anos 1990 Joinville seja conhecida como “cidade trabalho”, “cidade da ordem” e/ou “Manchester Catarinense”,⁷ as reivindicações de lazer na cidade,

6 No âmbito dos projetos *O pedaço do Sofia* e *Memórias do Jardim Sofia* foram realizadas três entrevistas orais com pessoas que possuem alguma ligação com Jardim Sofia, nomeadamente: Margit Weise (professora aposentada em 2011, após atuar durante mais de duas décadas na única escola de ensino básico do bairro), Maria Marta da Cruz Wittkowski (uma das primeiras moradoras da região) e Vitória da Silva (de 21 anos, filha de migrantes que se estabeleceram no Jardim Sofia no início dos anos 1990). Além dessas, ao longo do artigo, também fazemos uso de um conjunto de gravações de vídeo resultantes de duas oficinas de memória (oito horas de captação) realizadas com 32 idosas do Grupo da Melhor Idade Cantinho da Amizade do Jardim Sofia. Detalhes sobre tais entrevistas poderão ser encontrados em: <<http://www.wix.com/projetosofia/univille>>.

7 Desde a década de 1970, não poucas vezes ocorreram esforços do governo municipal e da imprensa regional por divulgar Joinville por meio destes epítetos, que supostamente se sustentariam pela existência na cidade de empresas que se destacam num cenário comercial internacionalizado. Sobre o assunto, ver Machado e Findlay (2005) e Machado (2009, 2012).

do qual o acontecimento recente é apenas um exemplo, e a emergência de um novo epíteto, “cidade turismo de negócios e eventos”, ligam-se não apenas a intenções governamentais e empresariais de realinhamento econômico do local em relação ao global, mas também às maneiras como no tempo presente os sujeitos (moradores da cidade) experimentam e significam suas próprias vivências – acionando passados e futuros, praticando consumos, demarcando rupturas – e, ao mesmo tempo, às maneiras como se referem a elas.

Em segundo lugar, o lazer não é tomado por nós como dimensão temática isolada de outras da vida social e cotidiana. Tampouco é categoria a que se possa atribuir uma essência a-histórica, já que ao levantarmos as diferentes concepções e atividades de lazer que se instituíram e circularam na cidade de Joinville a partir de meados dos anos 1980, deparamo-nos com múltiplos significados que ora se aproximam, ora se contrapõem, ou mesmo se entrecruzam mutuamente. Por isso, compreendemos o lazer como processo humano, e como tal, é na historicidade de suas redefinições, funções e lugares que podemos perscrutar os múltiplos significados que balizam a sua invocação ou interpelação. Pretendemos, com isso, participar do debate que institui uma rede de discursos sobre as possibilidades políticas do lazer frente a alguns dos desafios que se colocam para o viver urbano na contemporaneidade.

Na esteira dessas premissas, na primeira parte do artigo, buscamos aproximar o debate entre os estudos em história do tempo presente e os atinentes à metodologia da história oral. Ainda que consideremos relevantes certos escritos que se dedicam à explicação dos intrincados processos que levaram à formação e ao desenvolvimento da história do tempo presente e da história oral entre os historiadores da segunda metade do século XX, tomamos a liberdade de nos esquivar da produção de assertivas que guardam tão somente a reedição/revisão de discussões que já são consideradas lugares-comuns no campo da história⁸ em favor de explicitar certas zonas de contato entre a história do tempo presente e a história oral, pontuando alguns dos elementos teórico-metodológicos que podem contribuir no debate sobre o uso de testemunhos para situar o presente como história e dar impulso a projetos compreensivos sobre o passado.

8 Referimo-nos, por exemplo, às ponderações sobre se a história oral deve ser considerada uma ciência, uma técnica ou uma metodologia; sobre o estatuto da história do tempo presente e a sua relação com a “história imediata” ou com a prática do jornalismo histórico; sobre o problema da verdade/verossimilhança do relato histórico sobre o presente.

Num segundo momento, ao longo das demais seções de nosso texto, procedemos a uma análise de como as práticas de lazer de um grupo de idosos sinalizam formas de apropriação da cidade de Joinville, assim como dão impulso a um conjunto de críticas alusivas à insuficiência ou mesmo à nulidade dos órgãos governamentais no provimento do que esses idosos imaginam como seus direitos à cidade (saúde pública de qualidade, infraestrutura urbana e outros).

História do tempo presente e história oral: possíveis aproximações

Obviamente as poucas páginas que nos propomos a produzir não têm como objetivo dar conta do conjunto das discussões enunciadas no título desta seção. De antemão, deixamos claro que nossa intenção é a de dividir algumas reflexões que temos construído em nossas pesquisas com possíveis leitores interessados nas aproximações entre a história do tempo presente e a história oral quando o assunto é a problemática do testemunho em história.

Começamos, pois, por localizar nossas discussões, remetendo-as à França dos anos 1970, em especial à criação do Institut d'Histoire du Temps Présent (1978),⁹ que sinaliza a intenção de institucionalizar um novo domínio de pesquisa histórica a ser apropriado pelos historiadores de ofício: o tempo presente.

De acordo com Helenice Rodrigues da Silva (2010, p. 2), tendo à frente historiadores como René Rémond e François Bédarida,¹⁰ o interesse pela história do tempo presente ligou-se inicialmente à denominada “nova história política”. Nesse âmbito, destacava-se a necessidade de a escrita histórica se debruçar sobre práticas culturais que estabeleciam sentidos sobre o político. Isso se traduzia como uma espécie de resistência a explicar o político tomando por base elementos deterministas e noções generalizantes que, por estarem calcadas em fundamentos metodológicos quantitativos, acabavam por reduzir a política e as práticas políticas a elementos abstratos e a-históricos (Bédarida, 1996).

9 Trata-se da criação de um laboratório vinculado ao Centre National de Recherches Scientifiques (CNRS).

10 Ao lado de Rémond, foi um dos fundadores do IHTP, bem como seu primeiro diretor.

É preciso destacar que o interesse pelo presente já se fazia perceber entre os historiadores dos anos 1930 que deram fôlego ao movimento dos Annales. A título de clarificação, cumpre destacar a célebre citação do historiador Marc Bloch no livro intitulado *Apologia da história ou o ofício de historiador*: “O que é, com efeito, o presente? No infinito da duração, um ponto minúsculo e que foge incessantemente; um instante que mal nasce, morre. Mal falei, mal agi e minhas palavras e meus atos naufragam no reino de Memória” (Bloch, 2001, p. 60). No entanto, o que ganhou força nas décadas subsequentes foi a produção de uma historiografia preocupada com o estudo da “longa duração”; uma “história imóvel” seduzida por acontecimentos que aparentemente se expressavam e tinham sua legitimidade histórica assegurada pelo fato de serem evidências da continuidade do tempo (Hartog, 2011; Silva, 2010, p. 1).

Também daí viria um dos marcadores mais importantes em relação à “estratégia discursiva de legitimação” da história do tempo presente no campo da história: aos interessados em sua promoção cabia, antes de tudo, “definir o tempo presente” (Silva, 2010, p. 2-3).

Segundo Helenice Rodrigues da Silva, tal elaboração foi construída no diálogo com a “noção de tempo atual” que já se encontrava bem desenvolvida entre os teóricos da filosofia, em especial as análises empreendidas sobre o tempo histórico por Agostinho e Paul Ricoeur. Foi em sintonia com essas perspectivas que no âmbito do IHTP tomou corpo uma historiografia que propunha a reflexão sobre o tempo presente enquanto “tempo da experiência vivida” (Silva, 2010, p. 3).

Reivindicando uma história cuja escrita fosse capaz de lidar com “periodizações mais ou menos elásticas, abordagens variadas, desligamentos sucessivos”, a problemática do testemunho era questão epistemológica cara aos historiadores do tempo presente. O primeiro desafio estava em compreender que “[...] a testemunha encontrava-se ‘ali’ no momento dos fatos”. E, portanto, a reflexão que em princípio era de “ordem histórica” acabava por se inscrever “no campo da memória” (Silva, 2010, p. 6). O segundo, de um ponto de vista metodológico, dizia respeito à dimensão heurística dos testemunhos, ou seja, à questão da autenticidade do relato. A citação a seguir nos parece esclarecedora:

Procurando legitimar a cientificidade dessa fonte oral, o IHTP questionou, desde o início, a sua autenticidade. Como evitar falsos testemunhos? Como

se prevenir contra uma possível denegação de uma afirmação? Como, então, definir a testemunha? Trata-se de um ator ou de um espectador da história? Que papel atribuir na interpretação histórica ou no julgamento de um processo histórico? (Silva, 2010, p. 6).

Diante desse conjunto de questões, convém lembrar aqui as palavras de Jean-Pierre Rioux, esclarecedoras a respeito da suposta vulnerabilidade da história do tempo presente colocada em jogo pela citação. Para ele, “por ser feita com testemunhas vivas e fontes proteiformes”, tal perspectiva de trabalho pode contribuir para a desconstrução de fatos históricos tensionados pelos meios de comunicação, assim como pode “ajudar a distinguir, talvez de forma mais útil do que nunca, o verdadeiro do falso” (Rioux, 1999, p. 41).

Seja por um, seja por outro caminho, o que mencionamos até aqui já nos é suficiente para concordar com o historiador François Hartog (2011, p. 210) em relação à percepção de que a década de 1970 marca uma espécie de “curva do testemunho” no campo da história (e na sociedade ocidental como um todo).

De acordo com Hartog, no transcurso do século XX a historiografia, em geral, se inscreveu “em um paradigma do vestígio”, no qual a testemunha apresenta um “movimento ascendente”. Para o autor, seria fundamental aos historiadores levar em consideração o “fenômeno da voz” ao fazerem uso de testemunhos em seus escritos. Contudo, alerta o autor: “Não estou em condições de garantir que a expressão ‘fontes orais’, proposta pelos historiadores, seja suficiente para resolver o problema”. Acredita ele que somente se levarmos a cabo uma rigorosa análise teórico-metodológica daquele fenômeno, ou seja, da voz, é que poderemos avançar além do debate sobre a relação de verossimilhança entre a narrativa e o acontecimento. Trata-se, então, de ponderar sobre os elementos que dão sustentação à “relação fiduciária” que constitui a “credibilidade do testemunho” (Hartog, 2011, p. 227).

São as pistas deixadas pelas reflexões de François Hartog que procuramos seguir ao longo do percurso de análise das narrativas de memória que selecionamos para trabalhar neste artigo. Mais relevante do que aferir se são relatos verossímeis sobre o passado ou o presente de uma cidade de médio porte no sul do Brasil é entendê-las como portadoras de esquemas subjetivos que carregam consigo sentimentos de pertencimento em relação ao viver o urbano durante a velhice.

E a história oral nesse processo? Lançamos mão dessa metodologia como base operatória da escrita histórica que nos propomos a realizar: como dimensão e elemento procedimental que torna possível à história do tempo presente alcançar excertos de passado; como meio de produção de fragmentos sobre o presente no e com o qual interagimos; como tática de registro de experiências de ser e estar no tempo.

Lazeres na cidade: alguns pontos de observação

Nos estudos sobre lazer, os termos *tempo* e *espaço* são referências comuns e por vezes basilares de argumentação. Entretanto, à medida que procuramos captar as articulações entre esses termos promovidas pelos autores, uma polifonia conceitual vai pouco a pouco se instalando. As controvérsias sobre o tempo de lazer como oposição ao tempo de trabalho e de cumprimento de obrigações sociais são, neste âmbito, ilustrativas. Lembra a pesquisadora Sílvia Cristina Franco Amaral que

[...] o lazer já foi conceituado como experiência individual, como manifestação coletiva, como organização da cultura de uma dada sociedade, como produto da indústria cultural, como uma prática funcionalista ou como uma prática interacionista, na qual subjetividade e objetividade estão em constante dependência e significação. (Amaral, 2009, p. 43).

Ao discutir o estado da arte dos estudos de lazer, Elza Peixoto (2009) esclarece ainda que as produções são oriundas das mais diferentes áreas, tais como sociologia, direito, filosofia, administração, economia, entre outras, o que acaba por imprimir ao conjunto de estudos um caráter dispersivo e multifacetado no que diz respeito aos pressupostos teóricos e metodológicos.

Por isso, achamos necessário, em primeiro lugar, explicitar alguns dos nossos pontos de observação sobre o tema, que foram demarcados dos nossos lugares de historiadores que buscaram dialogar com outras áreas do saber, em especial com alguns estudos de história oral, história do tempo presente e antropologia urbana. Em segundo lugar, corroboramos a ideia e o fato de que qualquer reflexão diz respeito a uma dada configuração. Portanto, empreender explicações que aspirem tecer uma intriga histórica sobre o lazer em Joinville implica flagrar o que há de específico sobre o tema na perspectiva dos

moradores da cidade, para construir um entendimento do passado que chega pelo presente vivenciado, que, por sua vez, insinua problemas e dilemas de outros espaços e tempos urbanos.

Atualmente, as cidades se deixam ler e ver de muitas formas. Para além do que mostram os mapas, o espaço urbano é esgarçado e comprimido cotidianamente; pesam sobre a cidade as disjunções, superposições e complexidades de fluxos de pessoas, tecnologias, finanças, imagens e informações que pulsam nas e pelas vivências de quem a produz (Appadurai, 1999). Suas funções já não podem mais ser definidas apenas pelo que dizem leis, planos e projetos governamentais e empresariais, senão pelo multifacetado emaranhado de experiências de seus usuários. Assim como a cidade, um bairro sugere uma nova paisagem de estudo do urbano e das urbanidades que pode subsidiar não a defesa de conceito ou categoria generalizante, mas uma abordagem e uma maneira de problematizar as transformações a que assistimos desde a segunda metade do século XX (Campos; Flores, 2007).

Como nos lembra o antropólogo Pierre Mayol (1996, p. 42), o usuário da cidade “sempre consegue criar para si algum lugar de aconchego, itinerários para o seu uso ou seu prazer, que são as marcas que ele soube, por si mesmo, impor ao espaço urbano”. Diante da complexidade mutante da vida urbana contemporânea, um dos poucos lugares que ainda se mostram apropriados a uma frágil sensação de aconchego são os bairros. Esses territórios, reconhecidos pelos seus usuários mais familiarizados como ampliações do habitáculo, como espaços públicos suscetíveis a usos cotidianamente privatizados, nos estimulam a curiosidade sobre as maneiras múltiplas pelas quais as pessoas estabelecem redes de solidariedade e sociabilidade, especialmente quando se trata de interrogar as reivindicações por espaços públicos destinados a compartilhar experiências de lazer e diversão na cidade.

A abordagem ao bairro foi também inspirada na noção de “pedaço” concebida pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani (2003, 2004) no processo de realização de suas pesquisas sobre a prática do “lazer em bairros de periferia”. Para Magnani, “pedaço”

[...] aponta para a existência de um espaço social que se situa entre a esfera da casa e a da rua. Com base em vínculos de vizinhança, coleguismo, procedência e trabalho, o pedaço estabelece uma forma de sociabilidade mais aberta que a fundada em laços de família, porém menos formal e mais próxima do cotidiano que a ditada pelas normas abstratas e impessoais

da sociedade mais ampla. É nesse espaço que se vive e compartilha toda sorte de vicissitudes que constituem o dia-a-dia por ocasião dos momentos de lazer, devoção, participação em atividades comunitárias e associativas, troca de favores e pequenos serviços; como também dos inevitáveis conflitos e disputa. (Magnani, 2004, p. 83).

Dessa perspectiva, tomamos, pois, como referência de investigação as subjetividades, as maneiras de fazer e de representar o bairro (e a cidade) e, ao mesmo tempo, os sentimentos de pertencimento manifestados pelos próprios moradores em suas narrativas.

Falamos também de usuários e consumidores do espaço urbano, referindo-nos à noção de apropriação desenvolvida pelo intelectual francês Michel de Certeau (1994). Para ele, apropriação remete às operações que as pessoas comuns fazem em relação aos produtos que lhes são oferecidos. Pensar o lazer num bairro implica, pois, abordá-lo na “pluralidade dos empregos e das compreensões e na liberdade criadora – mesmo que seja regrada – dos agentes”, praticantes do espaço urbano no bairro (Certeau, 1994, p. 66).

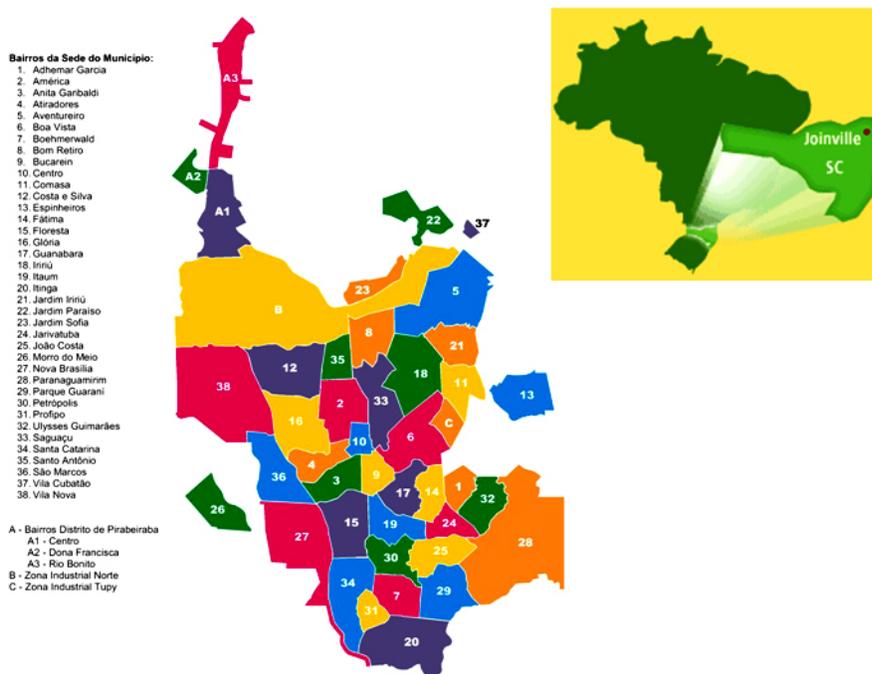
Com o intuito de estimular percepções sobre a multiplicidade de gestos e relatos que configuram as maneiras pelas quais os habitantes da cidade constroem experiências díspares de tempo e espaço, nosso percurso metodológico levou-nos às narrativas de memória produzidas por alguns moradores do bairro Jardim Sofia como meio de ir além da crítica à presença ou à ausência do Estado na estruturação das condições adequadas ao lazer público.

Levando em conta que desde a década de 1990 o poder público municipal tem buscado transformar Joinville em referência de turismo e lazer de Santa Catarina, ao ouvirmos pessoas comuns falarem de suas experiências de lazer, podemos vislumbrar o jogo que movimentou o tema, bem como as tensões que buscaram atribuir a ele novos e plurais sentidos, funções e lugares.

O “pedaço” do Sofia

O bairro Jardim Sofia, reconhecido por lei no ano de 1990, situa-se na zona nordeste de Joinville. Com uma população estimada em 4.153 habitantes, apresenta algumas características que ora se aproximam, ora se distanciam do perfil socioeconômico de outros bairros da cidade. No mapa a seguir, pode-se observar de modo mais claro a sua localização no perímetro do município.

Figura 2 – Mapa de Joinville, em relação ao estado de Santa Catarina e ao Brasil, com acento para o bairro Jardim Sofia



Fonte: Joinville (2009).

De acordo com os dados extraídos do Diagnóstico Social da Criança e do Adolescente de Joinville (s.d.), cerca de 50% dos habitantes do Jardim Sofia não são naturais de Joinville. Tal percentual é considerado “mediano” em relação aos outros bairros; o Jardim Sofia se destaca por registrar um dos maiores percentuais de moradores com idade de 0 a 14 anos (52,50%). Com base no mesmo diagnóstico, constatam-se percentuais um tanto preocupantes nas categorias saúde, educação e trabalho. O bairro, em relação aos demais, apresenta um dos maiores índices de adolescentes fora da escola (38,98%) e de pessoas com idade de 12 a 17 anos responsáveis por domicílios (0,12%).

Nos relatórios oficiais, livros ou reportagens de órgãos de imprensa, as razões de tais índices encontram respaldo nas explicações sobre o histórico do bairro.¹¹ A paisagem caracterizada pelas atividades agrícolas desenvolvidas

11 A esse respeito ver, Correa e Rosa (1992) e Jardim Sofia: um bairro desenvolvido em meio à floresta (2000).

por famílias estabelecidas no início do século XX teria sido profundamente transfigurada a partir dos anos 1980, com a chegada de migrantes provenientes de várias cidades brasileiras. Esses migrantes, atraídos pelos empregos nas indústrias joinvilenses, teriam promovido uma ocupação desordenada do território. As precárias condições de habitação e de urbanidade estariam combinadas com a ausência de serviços públicos e assistenciais. Disso resultariam os fatores principais para explicar o perambular de mendigos, prostitutas e usuários de drogas pelas ruas, a ausência de práticas de lazer saudáveis e a violência que vitimou uma população supostamente apática e passiva diante de suas agruras e carências.

Distante das pulsações do cotidiano dos moradores, o diagnóstico sobre as (não) práticas e os (não) lugares de lazer se vale, de forma determinista, dos condicionantes econômicos e sociais. Nesse caso, caberia perguntar se bastaria que dos gabinetes fossem tomadas decisões de fomento ao lazer junto a uma população em presumida situação letárgica.

Mesmo estando atentos aos dados quantitativos e a outras fontes escritas em nossa pesquisa, optamos por desenvolver a investigação andando pelo bairro, procurando conhecer “de perto e de dentro” as práticas e representações de lazer indicadas pelos moradores para perceber como nelas e por elas se moviam redes de sociabilidade, se instituíam e se reconheciam lugares de lazer (Magnani, 2003, p. 93).

“De perto e de dentro” constitui uma abordagem teórico-metodológica inspirada nos estudos sobre o urbano empreendidos pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani. Para ele, o olhar “de longe e de fora” é um olhar “de passagem”, cujo fio condutor consiste nas escolhas e no trajeto do próprio pesquisador. Em vez de reduplicar o “discurso corrente sobre o decantado caos urbano”, olhar “de perto e de dentro” significa abrir-se para conhecer “arranjos, mecanismos e saídas surpreendentes dos atores sociais e que não são visíveis a um olhar meramente de fora” (Magnani, 2003, p. 93).

Assim, ao longo de nossas imersões no Jardim Sofia, deparamo-nos com diversos indícios que contradiziam certos discursos sobre a inexistência de lugares de lazer no bairro. Ocorre que dentro dos limites administrativos do Jardim Sofia existem vários equipamentos e eventos regulares voltados ao esporte, ao entretenimento e ao “cultivo de tradições” na cidade. Entre eles, destacam-se o Festival Brasileiro de Hemerocallis, “o único festival brasileiro de flores em campo de cultivo” (Festival Brasileiro de Hemerocallis, 2011), o amplo Parque Integrado, que oferece “espaço

para eventos, campo de futebol, trilha ecológica, kartódromo e parque Paintball” (Parque Integrado, s.d.) e o Recanto dos Cavaleiros, que promove cavalgadas e dispõe de “cocheiras, garagens cobertas, churrasqueira e galpão para eventos” (Lindner, 1999).

Ora, incluídos no calendário oficial da cidade e nos folders da Fundação Turística de Joinville (Promotur), esses eventos e equipamentos estariam relacionados não apenas aos fluxos migratórios urbanos como também a outros fluxos contemporâneos, como os de informação, de comunicação, de capital, de mercadorias e de consumo. Esses lugares de lazer, espetacularizados pela iniciativa pública e privada, poderiam, “de perto e de dentro”, ser (re)problematizados e tomados como traços das vivências e tensões das diferenças culturais (incluindo, pois, a produção de desigualdades sociais) na configuração urbana do bairro. Ainda que qualquer morador ou passante somente pudesse usufruir dos lugares e atividades desembolsando os valores das tabelas expostas nos pórticos, esses enclaves turísticos de lazer no bairro poderiam ser desestabilizados em seus sentidos e funções. Caminhar pelo bairro e ouvir seus moradores suscitou reflexões sobre os lugares que se exibem como imagem-lazer, instituídos pelas técnicas da produção sociocultural dominante, sobre o que se esconde nos processos de utilização dos praticantes da cidade na cotidianidade do “pedaço” e, por fim, nesses jogos híbridos, sobre as mudanças das concepções e funções do lazer.

Apesar da criação oficial do bairro ter sido promulgada somente em 1990,¹² a produção do “pedaço” tem como pano de fundo as transformações urbanas de Joinville ocorridas desde o início da década de 1980.¹³ Identificamos um conjunto de questões que incidiram sobre as disputas pelo território.

O Jardim Sofia integrava, segundo o Plano Diretor de Urbanismo de Joinville,¹⁴ a Zona Industrial Norte. Tratava-se de uma vasta área destinada a atrair e abrigar indústrias de grande porte da e para a cidade. A partir de 1980, muitas imobiliárias submeteram à municipalidade pedidos de licença para loteamentos com fins habitacionais. Obviamente, a iniciativa dos agentes imobiliários relaciona-se diretamente à realocização,

12 Lei nº 2.376 (Joinville, 1990).

13 A esse respeito, ver Coelho (2010) e Sossai e Coelho (2011).

14 O Plano Diretor de Urbanismo de Joinville foi aprovado em 1973, pela Lei nº 1.262 (Joinville, 1973).

reestruturação e expansão do parque industrial de Joinville, que à época já era considerado um dos maiores polos industriais do sul do país. Mas não apenas isso. Os interesses econômicos dominantes que disputaram o território do Jardim Sofia impulsionaram a formalização legal do ambiente construído sem a devida consideração do ambiente natural do bairro. Dito de outra forma, sob impulso dos negócios imobiliários, foram sendo definidos os limites e o ordenamento espacial do Jardim Sofia numa área bastante irrigada, quer seja pelas chuvas intensas e pelo relevo plano, quer por sua rica hidrografia.¹⁵ É preciso destacar que o mesmo ocorreu em outras regiões da cidade, especialmente em áreas de manguezais. Para que se tenha uma ideia, em 1980 Joinville possuía 22 bairros; em 1990 passou a ter 34 e, em 2000, 41 bairros (Joinville, 2009).

Por outro lado, as disputas pelo território do Jardim Sofia também envolveram o deslocamento, o desenvolvimento de táticas de sobrevivência e a criação do “pedaço” por parte de migrantes provenientes de diferentes cidades brasileiras e de antigos moradores de Joinville.

Segundo o censo de 1980, a média de crescimento populacional de Joinville foi de 6,45% ao ano, o que significou mais do que o dobro das taxas verificadas no estado de Santa Catarina e no Brasil como um todo. No Jardim Sofia, entre o censo de 1991 e o de 2000, houve um aumento de 47% da população, enquanto o de Joinville alcançou 24% (Joinville, 2009).

Extrapolando esses índices, as narrativas de memória indiciam os sentidos plurais e múltiplos das escolhas de estabelecimento no bairro: a proximidade com as indústrias, o menor preço de terrenos para realizar o sonho da casa própria ou mesmo a facilidade de conquistar informalmente moradias sem custo algum. Dessa perspectiva, a origem do “pedaço” pode ser relacionada com as complexas e sinuosas questões do trabalho numa cidade industrializada. Contudo, no decorrer das entrevistas orais realizadas, vislumbrou-se que a história do bairro emerge no cruzamento entre os jogos de interesses e de poder (que envolveram industriais, donos de imobiliárias, urbanistas e políticos) e as múltiplas maneiras de fazer dos moradores que cotidianamente inventaram o bairro.

15 A riqueza hidrográfica do Jardim Sofia é uma de suas principais características geográficas. O bairro está situado no curso da Bacia Hidrográfica do Rio Cubatão (fonte de quase 70% da água potável de Joinville), e também integra a Bacia Hidrográfica do Rio do Braço (Oliveira; Ribeiro; Magna, 2009).

O lazer no bairro: memórias, narrativas, cruzamentos

Uma das primeiras moradoras do bairro foi a Sra. Sophia Nass (popularmente conhecida como dona Sophia), nascida em Joinville em 1914. A origem do local que atualmente leva o seu nome liga-se aos percursos de sua família no espaço urbano joinvilense. Recuperamos uma entrevista com ela realizada em 2004.¹⁶

Dona Sophia, caçula de uma família de 12 filhos, nasceu na Estrada da Ilha, antigo núcleo rural de Joinville. Lá passou parte da infância e da juventude. Mais tarde, mudou-se para as imediações do centro, para uma propriedade trocada pelas terras que hoje formam parte do Jardim Sofia. Relembrou que a decisão de realizar a troca baseou-se, em primeiro lugar, na vantajosa extensão do terreno a ser adquirido e, em segundo lugar, na possibilidade de, no futuro, vender com algum lucro parte da área para quem se interessasse. Ainda que as vantagens imobiliárias fossem destacadas, no curso de sua narrativa é a lida no campo e o estilo de vida rural que emergem como elementos centrais do seu trabalho de memória. Dessa forma, as práticas de lazer são por ela demarcadas obedecendo as experiências com um tempo regido pela natureza e produção rural familiar.

Mesmo que não recorde a data exata em que se mudou para a região do atual Jardim Sofia, dona Sophia enfatiza que ela e seu marido se depararam com um local que “era só capim e capoeira”. As dificuldades para sobreviver em uma área que, segundo ela, era bastante hostil, foram vencidas com muito trabalho. Aos poucos passaram a criar animais, cultivar roça e produzir milho. A renda da família advinha da comercialização de leite e do excedente produzido na terra. Com a oferta de empregos industriais, seu marido tornou-se maquinista numa indústria têxtil (Indústrias Colin). Ainda assim, lembra dona Sophia que o trabalho fabril do marido pouco incidiu sobre as vivências cotidianas da família, a não ser, é claro, pelo acúmulo de suas tarefas durante a semana: educação dos filhos, roça e lar.

A narrativa de dona Sophia nos dá uma ideia de como, no passado do bairro, as práticas e os lugares de lazer se relacionavam a momentos específicos do labor rural. Ao ser provocada sobre um momento marcante de

16 A entrevista com Sophia Nass integra o Acervo do Laboratório de História Oral da Univil. Detalhes disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <<http://historiauniville.wix.com/lho#!acervo>>.

diversão, dona Sophia não titubeou ao proclamar: “a primeira colheita”. Em minúcias, explicou todo o processo. Seu marido escolhera para cultivo a beira do Rio Cubatão.¹⁷ Com ferramentas emprestadas (“arado, grades, capinador, maleador”) ia arando a terra e ela, auxiliada pelos filhos mais velhos, seguia-o, semeando o solo. Lembra que “quando o milho estava maduro, quando ficou bom”, fizeram “banco de tábua” e chamaram os vizinhos para a debulha. Ela preparou “cuca”¹⁸ para servir aos convidados que, em uma única noite, abarrotaram “cem sacos” com o grão.

A narrativa de dona Sophia deixa-nos ver o lazer na historicidade do bairro. Em primeiro lugar, o trabalho assume a centralidade para a definição de seus sentidos, ou seja, o lazer seria prática decorrente de (e submetida a) uma ordem hierarquizada pelo cumprimento rigoroso das tarefas da lavoura. Como consequência, os lugares de lazer emergiram também das contingências da faina rural, e não da percepção que opõe e fixa espaços definidos para um e outro.

Alguns termos utilizados por dona Sophia indiciam, por sua vez, as funções sociais do lazer na ambiência do bairro. Ao significar a debulha da primeira colheita como singular momento de lazer vivenciado, imprime um caráter extraordinário ao preparo da “cuca” e do banco de tábua. Aquele momento de lazer punha em destaque as necessárias compensações aos favores e préstimos provenientes das redes de sociabilidade e de solidariedade existentes na cotidianidade do pedaço.

Beatriz Sarlo (2007, p. 10) destaca que “o tempo próprio da lembrança é o presente: isto é, o único tempo apropriado para lembrar e, também, o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o próprio”. Ora, isso significa que é preciso, por fim, considerar na análise da narrativa de memória de dona Sophia qual o presente em que ela narra e rememora e qual o passado que representa.

Aos 90 anos de idade, diz ela que já não conhece quase ninguém da vizinhança, tampouco sabe quantas casas existem. O único local que frequenta é o posto de saúde do Sofia, onde recebe atendimento gratuito. Gosta de

17 O Rio Cubatão do Norte atravessa grande parte do município de Joinville e deságua no mar (Baía da Babitonga). Ao longo dos tempos, nos arredores de seu curso, foram construídos locais para recreação e banhos no verão.

18 É uma espécie de pão doce muito comum no sul do Brasil. É feito com ovos, farinha de trigo e açúcar, e possui uma cobertura doce. Foi introduzido no Brasil durante a segunda metade do século XIX pelos imigrantes germânicos.

conversar com a “enfermeira que tem neném” e que a examina e afere sua pressão. É lá que fica sabendo o que ocorre com conhecidos, ou o perigo que passam “as crianças pequenas nesse asfalto”,¹⁹ muito diferente da época de sua “meninice”, quando, a caminho da lavoura ou da escola, brincava de “correrias”.

Ao relembrar momentos passados, o passado revisitado dos dias laboriosos da juventude, dona Sophia deixa pistas sobre suas representações e sensibilidades em relação ao tempo presente, um presente marcado por novas sociabilidades urbanas destoantes da vida rural narrada. Diferente de um tempo de lazeres cotidianos imiscuídos ao trabalho árduo na lavoura, o presente se apresenta a dona Sophia como um momento no qual o estabelecimento de redes de solidariedades, mesmo no espaço de trânsitos tão familiares como é o espaço do bairro, se mostra um desejo bastante fugidivo. À exceção das relações sociais vinculadas aos cuidados rotineiros com a saúde, poucos são os lugares sociais do presente em que ela se sente acolhida e à vontade. Assim, das lembranças do passado de dona Sophia emergem desejos nostálgicos, que oscilam entre a alegria da revisita afetiva aos tempos vividos e a melancolia da sensação de perda de laços sociais com esse passado.

Vivemos uma contemporaneidade marcada por um deslocamento na experiência e na sensibilidade do tempo. Como nos lembrou o crítico literário alemão Andréas Huyssen (2000), passamos de um tempo encantado com as possibilidades de futuro a um tempo seduzido pela memória, um tempo em que a busca pelo passado tem servido como motivação existencial para muitos grupos sociais. Entre as diferentes maneiras de nos relacionarmos com o passado, a nostalgia é o sentimento (ou melhor, ressentimento) que melhor adere ao desejo de construção de um apreço pelos tempos de outrora, apreço difícil de ser imaginado em relação ao presente e aos futuros possíveis. Nesse caso, dirigimos a memória em busca de conforto, em busca de um território estável, inimaginável em uma contemporaneidade mutante que se liquefaz a todo momento.

Possivelmente as vivências do passado de dona Sophia não foram tão doces como a sua narrativa nos incita a imaginar. Ao tecer as tramas da memória, esta narradora, um tanto insatisfeita com o presente vivido, traz à tona uma representação de passado desprovida das tensões, conflitos, tristezas e

19 O asfalto a que se refere a entrevistada é a rua de sua casa.

amarguras vividas no cotidiano rural. Nas entrelinhas dessa fala, podemos perceber o desejo de um lugar mais solidário e acolhedor, um lugar pretérito em que as sociabilidades e solidariedades construídas nas relações de vizinhança se mostravam possíveis e realizáveis.

Além do mais, esse olhar nostálgico deixa entrever um sentimento de saudade das práticas de lazer vividas na juventude, práticas que deixaram de fazer parte da sua vida com a maturidade. Nesse sentido, podemos argumentar que tal visão é movida, entre outros elementos, por privações impostas a dona Sophia em relação à sua mobilidade, ao convívio familiar e ao autorreconhecimento nos espaços de sociabilidade do Jardim Sofia. Sem dúvida, a existência de algumas restrições quanto às possibilidades de experimentar a vida urbana – especialmente a fragilidade física pela idade avançada – constitui um entrave na constituição de novos laços sociais com o presente do bairro.

Diferentemente da nostalgia de dona Sophia Nass, outras idosas que habitam o Jardim Sofia parecem enxergar nas vivências do presente, especialmente em suas relações de amizade e de vizinhança, seus vínculos de pertencimento ao “pedaço”. Explicamos melhor...

Todas as terças-feiras, por volta das 14 horas, um grupo formado por 32 idosas se reúne no galpão da Igreja Cristo Bom Pastor com um objetivo comum: lazer, diversão e boa companhia. Embora a criação do Grupo da Melhor Idade Cantinho da Amizade do Jardim Sofia tenha resultado da iniciativa dos próprios moradores do bairro, não podemos deixar de observar aqui que a sua formação (em 2008) esteve diretamente relacionada a ações governamentais que visavam atender ao disposto no Estatuto do Idoso do Brasil (Brasil, 2003).

À época em que foi sancionado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Estatuto do Idoso foi considerado um marco na história do direito brasileiro, sobretudo por reconhecer as pessoas acima de 65 anos de idade como grupo social singular e, por isso, detentor do direito a políticas públicas específicas às suas necessidades. Além disso, foi a partir dessa lei que os idosos passaram a contar com um texto legal que, de fato, assegurava-lhes o “direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade” (Brasil, 2003).

Seguindo as determinações desse documento, em março de 2004 o governo de Joinville criou o Centro de Convivência do Idoso, com o objetivo de “promover a autonomia do idoso e a sua participação efetiva na sociedade”

(Joinville ganha Centro de Convivência do Idoso, 2010) e de assegurar “o desenvolvimento de habilidades, a informação, a expressão artística, esportiva, de lazer, cultura” (Centro de Convivência do Idoso é inaugurado, 2010).

Diante do grande volume de idosos cadastrados e atendidos diariamente, seis anos depois, em 1º de setembro de 2010, por meio de uma parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a municipalidade construiu uma sede própria para o órgão (Abre Centro de Convivência do Idoso em Joinville, 2010).²⁰ Esse investimento em infraestrutura era justificado pela necessidade de atender com mais qualidade os “3.210 idosos com cadastro individual”, assim como outros “quatro grupos, com 80 idosos, que se encontram semanalmente no local” e também prestar assistência aos “69 grupos de convivência de idosos que acontecem nos bairros, totalizando 3.101 idosos” (Centro de Convivência..., 2010),²¹ consolidando o lugar como uma referência para o exercício da cidadania durante os anos da velhice.

Ainda que nossa explanação sobre as pretensões do Centro de Convivência do Idoso de Joinville possa parecer um tanto dispersiva, as formas de lazer e sociabilidade das idosas que integram o Grupo da Melhor Idade Cantinho da Amizade do Jardim Sofia podem ser compreendidas se pensadas no cruzamento com as ações promovidas por esse órgão. Ao participarmos de uma das reuniões das idosas,²² dona Marta Schmidt²³ contou-nos como se relacionava com aquele órgão do governo. Disse-nos:

[...] eu vou ao Centro de Convivência do Idoso em todas as reuniões. Às vezes tem cursos, palestras para os idosos, e eu falo para essas minhas pessoinhas irem lá... Outras vezes tem reunião sobre como temos que organizar as coisas aqui no [Jardim] Sofia... porque aqui tem que ser tudo registrado! (Schmidt, 2010).²⁴

20 A nova sede custou 336 mil reais aos cofres públicos e foi inaugurada com a presença da própria ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome no Brasil, Márcia Lopes.

21 Entre eles, o Cantinho da Amizade do Jardim Sofia.

22 Trata-se das oficinas de memória promovidas no âmbito do projeto “Cidade”, em 2010, que mencionamos na introdução deste artigo.

23 Moradora do Jardim Sofia desde 1998. É líder comunitária e coordenadora do Grupo da Melhor Idade Cantinho da Amizade do Jardim Sofia.

24 O depoimento de Marta Schmidt foi coletado em setembro de 2010, durante a oficina de memória *História, imagens e memórias*, que integrou o projeto de extensão universitária *Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante*, e faz parte do acervo dos autores.

Embora dona Marta se mostrasse entusiasmada para responder as perguntas que fazíamos sobre como as idosas do Jardim Sofia interagiam com o Centro de Convivência do Idoso de Joinville, a informação que fez questão de enfatizar foi a de que os contatos com esse serviço do governo eram esporádicos e, por vezes, restringiam-se a assessorias para que ela resolvesse problemas burocráticos do Cantinho da Amizade.

De acordo com ela, a principal dificuldade para que “suas pessoinhas do grupo” participassem ativamente das atividades pedagógicas oferecidas no Centro seria a enorme distância a ser percorrida entre o Jardim Sofia e o bairro Floresta (cerca de 15 quilômetros) por pessoas que, em sua maioria, têm mais de 65 anos, não possuem carro próprio para circular pela cidade, ou então têm limitações físicas que as impedem de tomar três ônibus do transporte público para irem àquele local e mais três.

Ainda há outra forma de relacionamento com o Centro de Convivência do Idoso de Joinville que foi destacada na narrativa de dona Marta. Contou ela que, no início de cada mês, se dirige a esse lugar para retirar a “cesta básica para o café do nosso grupo”. Ocorre que cada reunião do Cantinho da Amizade é finalizada com o compartilhamento de um lanche. Muitas das participantes contribuem levando um pão, um bolo e/ou um tipo de doce para ser degustado pelas convivas, porém os gêneros alimentícios mais consumidos, por serem de uso contínuo (café, açúcar, sucos), são fornecidos pelo próprio Centro. Trata-se, segundo dona Marta, de “algo simples” e que “ajuda na nossa diversão...”.

Embora a existência do Cantinho da Amizade do Jardim Sofia possa ser pensada na articulação com dispositivos legais que visam mediar as especificidades de envelhecer no Brasil (e em Joinville), as práticas das suas participantes, no ato de se fazer grupo, revelam sociabilidades que estão para além do discurso preditivo/prescritivo de qualquer documento ou órgão de governo. Explicou-nos dona Marta como funciona a interação entre as pessoas no grupo que coordena:

A gente se reúne toda terça-feira, às duas horas da tarde, aqui no galpão da igreja. A gente vem, conversa, se diverte... Essas aqui são as minhas pessoinhas que participam [...]. Toda semana a gente faz um sorteiozinho dos brindes que cada uma traz... porque agora não pode mais o bingo... aí a gente faz o sorteio e cada uma pode ganhar um brinde... (Schmidt, 2010).

Ainda que pareça apenas um detalhe, o “sorteiozinho” enunciado por dona Marta revelou, para nós, sociabilidades que, a todo instante, inventavam e reinventavam o lazer das idosas no bairro. O bingo²⁵ era até pouco tempo uma das principais atividades de entretenimento, tanto que as próprias integrantes nos informaram que passavam suas terças-feiras administrando as ansiedades que produziam no ato do jogo. Disputavam prêmios de baixo valor monetário: panos de prato, potes plásticos, kits de mantimentos, pinturas em tela, trabalhos manuais sob a forma de crochê ou tricô etc. Entretanto, no ano de 2010, o bingo foi terminantemente proibido pelo padre encarregado de zelar pela idoneidade da igreja, que disponibiliza o galpão para o grupo realizar os seus encontros. Mesmo insatisfeita com tal sanção – afinal, “o que teria demais um monte de velha fazer um binguinho?” –, dona Marta explicou-nos que o empecilho seria resultado de uma “lei do governo” que “proibiu o bingo no Brasil”²⁶ e, por isso, caberia ao padre “proibir também”.²⁷

Ora, o que seria esse “sorteiozinho” e em que medida expressaria a mediação de dispositivos legais que procuram regular o acesso e a prática do jogo de bingo no Brasil, sobretudo em Joinville? A primeira parte dessa indagação foi assim respondida por ela:

[...] cada uma traz um brinde... traz para ser sorteado... cada uma que traz anota o nome no caderno e recebe cinco numerozinhos... a gente também pede dois reais para participar... aí você recebe mais cinco numerozinhos... aí, no final, a gente vai sorteando os números e quem tiver o número sorteado ganha o brinde. (Schmidt, 2010).

Não apenas por valer-se de mimos de mesma natureza, mas também por possuir mecanismos logísticos equivalentes, a descrição que nos foi feita do sorteio guarda evidente semelhança com os fazeres do jogo de bingo. No

25 Segundo José Carlos David (s.d.), o jogo teve origem na Itália nos séculos XIII e XIV e foi disseminado para outros países. Consiste num “jogo de azar, onde bolas numeradas são colocadas dentro de um globo, e sorteadas uma a uma, até que algum jogador preencha toda a sua cartela com os resultados desse sorteio”.

26 Refere-se ela a uma medida provisória assinada pelo presidente Lula em 20 de fevereiro de 2004 que desencadeou contendas jurídicas que se refletiram num vai e vem de autorizações e desautorizações para funcionamento de casas e práticas de jogos de azar em todo o Brasil.

27 Não sem resistência dos idosas, que em 2009 pressionaram à discussão oficial do assunto numa sessão da Câmara de Vereadores de Joinville. Quando de sua realização, se fizeram presentes numerosos idosas que, por sua vez, representavam diferentes associações de moradores, clubes e outros grupos de idosas vinculados a igrejas católicas de Joinville.

lugar de uma cartela desenhada por algarismos dispostos vertical e horizontalmente, números avulsos impressos entregues para cada participante; ao invés de um globo para retirar os números a serem marcados, um tubo plástico, vedado na parte inferior com fita adesiva branca, de onde são retirados, um a um, pequenos pedaços de papel numerados manualmente; ao contrário da rigidez de regras pré-fabricadas sobre o começo, o meio e o fim do bingo, a flexibilidade decorrente da possibilidade de negociar a qualquer hora o tipo e a sequência dos brindes que entrarão em disputa.

Longe de enxergarmos o “sorteiozinho” como uma forma de lazer desprovida de tensões e conflitos, acreditamos que ele coloca em concorrência muito mais do que meia dúzia de prêmios que quase todas as idosas do Cantinho da Amizade do Jardim Sofia já possuem em suas casas. Na ausência de recursos públicos, por meio dessa prática, o grupo parece ter instituído uma metodologia para manter e financiar o seu lazer dentro e fora do perímetro do bairro. Alguns usos dos valores acumulados nessa espécie de fundo monetário do grupo foram orgulhosamente expostos a nós por dona Marta:

A gente alugou um ônibus no ano passado [2009] para fazermos um passeio no final do ano... foi o nosso encerramento de ano... pagamos as cestas de natal que cada participante ganhou... cada uma recebeu uma cesta com panetone, frango... às vezes tem uma aniversariante no mês e a gente compra um presentinho para ela... tudo vem desse dinheirinho.... assim a gente ganha o nosso *cascalbinho!* (Schmidt, 2010).

Para além disso, pensamos não ser equivocado afirmar que o desenvolvimento de tal prática manifesta, por parte das idosas, a mediação dos atos normativos que visavam conter a prática do bingo no Brasil. E ainda mais interessante do que isso foi termos percebido a produção de uma intrigante questão quanto à natureza e o sentido desse jogo no país, a saber: a criação de incontáveis marcadores legais para, supostamente, proteger o patrimônio dos idosos, que estava sendo dilapidado pela expansão dos jogos de azar no Brasil. Emblemática dessa assertiva foi a instalação, em 29 de junho de 2005, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, formada por 15 senadores titulares e 15 suplentes.²⁸ O objetivo da CPI era o de “investigar

28 A solicitação foi feita pelo senador Magno Malta, em 5 de março de 2004. A CPI custou cerca de 200 mil reais ao governo federal e finalizou seus trabalhos em 7 de junho de 2006, com a entrega de um relatório final contendo mais de 1.400 páginas (Brasil, 2006).

e apurar a utilização das casas de bingo para a prática de crimes de ‘lavagem’ ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado”. Sua justificativa assentava-se no fato de que o “crime organizado e jogos de azar são irmãos siameses”, bem como na constatação de que “desde o início de suas atividades, em 1993, as casas de bingo têm prestado um desserviço à Nação”, pois “além de incentivar o terrível vício do jogo, sob o falso manto de contribuir para o financiamento de clubes desportistas, algumas dessas entidades vêm sendo utilizadas para dar ares de legalidades a recursos oriundos de atividades criminosas” (Brasil, 2006).

Atentas o suficiente para se esquivar dessa caça aos bingos do Brasil, as participantes do Grupo da Melhor Idade Cantinho da Amizade do Jardim Sofia, à sua maneira, elaboraram um jogo idêntico, cujo resultado era – e ainda tem sido – o acúmulo de pequenas quantias de dinheiro canalizadas para financiar suas práticas de lazer coletivo.

Ao contrário de dona Sophia Nass, que entrevê o lazer como um subproduto do mundo do trabalho do qual participava ativamente (e do qual sente saudade), dona Marta Schmidt parece enxergá-lo como uma prática inerente às sociabilidades que estabelece no presente em companhia de suas colegas do grupo. Defende ela que as reuniões realizadas pelo Cantinho da Amizade do Jardim Sofia ultrapassam a mera disponibilização de entretenimento coletivo e assistencialista para “as pessoinhas do bairro”. As sociabilidades praticadas pelo grupo, para ela, seriam capazes de “prevenir doenças de quem fica em casa sem fazer nada o tempo todo”, inclusive atuando de maneira a “evitar a depressão” entre as participantes. Assim, mais do que um passatempo, o que se evidencia nas tardes de terça-feira é a produção de um espaço de exercício e de direito à cidadania na velhice em Joinville.

Ainda que políticas públicas nacionais e municipais tenham se mostrado insuficientes no agenciamento dos diversos sentidos e dilemas do envelhecimento, assim como do acesso ao lazer na velhice (talvez algo diferente disso não seja possível, dado o caráter fugidivo do viver cotidiano), acreditamos que o estímulo à formação dos “grupos da melhor idade” tem sido uma estratégia profícua para a sociabilidade dos idosos no Brasil.

Todavia, não poderíamos deixar de finalizar este artigo sem registrar que, tanto quanto em outros lugares, em Joinville há uma quantidade significativa de equipamentos voltados ao fomento do turismo de eventos e

negócios, muitos geometricamente pensados para facilitar a entrada e a circulação de capital no município.

No tocante ao Jardim Sofia, a pesquisa que realizamos oportunizou o contato com uma variedade de espaços de lazer que os moradores do bairro conhecem somente de passagem ou pelo fato de, aos finais de semana, oferecerem neles sua força de trabalho em troca de abjeta remuneração.²⁹ Esses deslocamentos pelo espaço urbano revelaram que os habitantes da cidade, cotidianamente, ao edificarem um espaço comum, elaboram “fronteiras simbólicas que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam, ou, em uma palavra, ordenam as categorias (e os grupos) em suas múltiplas relações” (Aran-tes, 1994, p. 191). Entretanto, o mais interessante a ser pensado é que tais fronteiras não são bem delimitadas. São, antes de qualquer coisa, zonas de contato que colocam em relação as diferenças e os diferentes: uma espécie de cosmética na qual as nostalgias de dona Sophia Nass embaralham-se com os desejos de presente de dona Marta Schmidt, configurando uma cidade (e um bairro) aos pedaços.

Considerações finais

No curso da nossa investigação, imbricar depoimentos produzidos a partir da história oral no estudo da história do tempo presente permitiu, por um lado, (re)problematizar a história da cidade, já que, partindo de evidências sobre acontecimentos referenciados em discursos da imprensa e de órgãos oficiais, as narrativas produzidas por moradores do bairro levaram-nos a distender o tempo e espaço desses mesmos acontecimentos, suscitando-nos questões que põem por terra explicações um tanto generalizantes e deterministas, calcadas em noções estereotipadas de periferia, política e práticas políticas na história urbana. Por outro lado, as apropriações do lazer sinalizadas pelas entrevistas com idosas permitiu-nos teoricamente tratar esse tema como dimensão não isolável de outros da vida social

29 Foi-nos relatado quando da conversa com moradores do Jardim Sofia que alguns adolescentes são contratados para ajudar a cortar a grama, retirar o lixo acumulado, apanhar bolas de golfe, encher o pneu de automóveis de corrida utilizados por pessoas que residem na região central de Joinville e se deslocam para o bairro a fim de divertirem nos finais de semana. Como recompensa, após uma tarde de cinco horas de trabalho, recebem a quantia de dez reais.

e cotidiana. Como tal, é na historicidade de suas redefinições, funções e lugares que podemos perscrutar os múltiplos significados que balizam a sua invocação ou interpelação.

Referências

ABRE Centro de Convivência do Idoso em Joinville. Disponível em: <<http://www.iscc.com.br/verNot.asp?id=1196>>. Joinville, ago. 2010. Acesso: ago. 2011.

AMARAL, Sílvia Cristina Franco. Lazer e políticas públicas: um olhar sobre a periferia. In: MONTEIRO, Mônica Borges; DIAS, Cleber Augusto Gonçalves (Org.). *Lazer e periferia: um olhar a partir das margens*. Rio de Janeiro: Instituto Usina Social, 2009.

APPADURAI, Arjun. Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (Org.). *Cultura global: nacionalismo, globalização e modernidade*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 311-328.

ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Brasília, n. 23, p. 190-203, 1994.

AVENIDA fechada por 45 minutos. *A Notícia*, Joinville, 24 fev. 2011.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença na história. In: FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996. p. 221-229.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 26 jun. 2014.

_____. Senado Federal. Relatório Final – “CPI dos Bingos”. 2006. Disponível em: <<http://www.senado.leg.br/comissoes/CPI/Bingos/RelFinalBingos.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

CAMPOS, Emerson César de; FLORES, Maria Bernadete Ramos. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 267-296, jan./jun. 2007.

CANEVACCI, Massimo. *Fetichismos visuais: corpos erópticos e metrópole comunicacional*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos*. 6. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

CENTRO de Convivência do Idoso é inaugurado. Disponível em: <<http://portaljoinville.com/v4/noticias/2010/09/joinville-tem-novo-espaco-para-idosos>>. Joinville, 2 set. 2010. Acesso em: 30 ago. 2011.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: teorias da arte de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.

COELHO, Ilanil. *Pelas tramas de uma cidade migrante*. Joinville: Editora Univille, 2010.

CORREA, Roseana Maria; ROSA, Terezinha Fernandes da (Org.). *História dos bairros em Joinville*. Joinville: Fundação Cultural, 1992.

DAVID, José Carlos. *Matemática e jogo de bingo: uma aplicação prática da probabilidade e da teoria da contagem*. [s.d.] Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/781-4.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

DIAGNÓSTICO da Criança e do Adolescente de Joinville. [s.d.]. Disponível em: <http://www.criancaadolescentejlle.org/jardim_sofia.html>. Acesso em: 10 abr. 2011.

FESTIVAL Brasileiro de Hemerocallis: o único festival brasileiro de flores em campo de cultivo. Joinville, 10 fev. 2011. Disponível em: <<http://www.hemerocallis.com.br/ofestival.asp>>. Acesso em: 25 fev. 2011.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Trad. Sergio Alcides. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

JARDIM Sofia: um bairro desenvolvido em meio à floresta. *A Notícia*, Joinville, 16 jul. 2000.

JOINVILLE ganha Centro de Convivência do Idoso. Joinville, 31 ago. 2010. Disponível em: <<http://portaljoinville.com.br/v4/nossobairrotem/news/36>>. Acesso em: 10 ago. 2011.

JOINVILLE. Prefeitura Municipal. Jardim Sofia. In: _____. *Joinville Cidade em Dados 2009*. Joinville: IPPUJ, 2009.

_____. _____. Lei nº 1.262, de 27 de abril de 1973. Reestrutura o Plano Diretor e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/adjkr>>. Acesso em: 24 jun. 2014.

_____. _____. Lei nº 2.376, de 12 de janeiro de 1990. Altera as descrições do perímetro urbano da cidade de Joinville e perímetro de seus bairros e dá outras providências. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/hrejk>>. Acesso em: 26 jun. 2014.

LINDNER, Graziela. Cavalgada inaugura novo percurso junto à natureza. *A Notícia*, Joinville, 22 mar. 1999. Disponível em: <<http://www1.an.com.br/1999/mar/22/0cid.htm>>. Acesso em: 27 fev. 2011.

MACHADO, Diego Finder; FINDLAY, Eelide A. G. Memórias estilhaçadas: as (re) leituras de um museu histórico na “Cidade do Trabalho”. *Tempos Acadêmicos*, Criciúma, v. 3, p. 43-62, 2005.

MACHADO, Diego Finder. *Redimidos pelo passado? Seduções nostálgicas em uma cidade contemporânea* (Joinville, 1997-2008). 189 p. Dissertação (Mestrado em História) – UDESC, Florianópolis, SC, 2009.

_____. Joinville – Pelas sombras da urbe: (im) pertinências de uma cidade contemporânea. In: SOUZA, Antonio C. Barbosa de; FALCÃO, Luiz Felipe (Org.). *Cidades médias do Brasil na historiografia contemporânea*. Campina Grande: EDUEFCG, 2012. p. 95-118.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. *Tempo Social*, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 81-95, abr. 2003.

_____. Cidade universitária: patrimônio e identidade. In: LANNA, Maria Lúcia Duarte (Coord.). *Cidades universitárias: patrimônio urbanístico e arquitetônico da USP*. São Paulo: EDUSP, 2004. p. 81-88.

MAYOL, Pierre. Morar. In: CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: morar, cozinhar*. 5. ed. Trad. Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis: Vozes, 1996. p. 35-185.

OLIVEIRA, Therezinha Maria Novais de; RIBEIRO, José Mário Gomes; MAGNA, Débora Jareta (Org.). *Diagnóstico ambiental do Rio do Braço*. Joinville: Editora Univille, 2009.

PARQUE Integrado. [s.d.]. Disponível em: <http://www.parqueintegrado.com.br/parque_eventos.php>. Acesso em: 27 fev. 2011.

PEIXOTO, Elza. Levantamento do estado da arte nos estudos do lazer: (Brasil) séculos XX e XXI – alguns apontamentos. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 99, p. 561-586, maio/ago. 2009.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-215, 1992.

RIOUX, Jean-Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: CHAUVEAU, Agnes; TÉTART, Philippe (Org.). *Questões para a história do presente*. Bauru: EDUSC, 1999. p. 39-50.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

SILVA, Helenice Rodrigues da. Retorno às questões epistemológicas e metodológicas da história do tempo presente. In: SEMANA DE HISTÓRIA DA UNIVILLE, 17, 2010, Joinville. Mimeo.

SOSSAI, Fernando Cesar; COELHO, Ilanil. *Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante*. Joinville: Editora Univille, 2011.

_____; _____. *Engenbos: fragmentos sobre a história da alimentação de Joinville*. Joinville: Editora Univille, 2011.

Fontes orais

NASS, Sophia. *Sophia Nass*: depoimento. Entrevista concedida a Luiz Fernando Voos Vieira. Joinville, 2 mar. 2004.

SCHMIDT, Marta. *Marta Schmidt*: depoimento. Entrevista concedida à equipe do projeto Memórias do Jardim Sofia: cenas da cidade migrante. Joinville, 28 set. 2010.

SILVA, Vitória da. *Vitória da Silva*: depoimento. Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai, Bruno Stohmeyer Marques e Aliuscha de Jesus Martins. Joinville, 20 jun. 2011.

WEISE, Margit. *Margit Weise*: depoimento. Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai, Aliuscha de Jesus Martins, Bruno Strohmeier Marques e Gustavo Grein da Silva. Joinville, 4 jul. 2011.

WITTKOWSKI, Maria Marta da Cruz. *Maria Marta da Cruz Wittkowski*: depoimento. Entrevista concedida a Fernando Cesar Sossai, Ilanil Coelho, Bruno Strohmeier Marques, Gustavo Grein da Silva e Calil Calil Gonçalves. Joinville, 15 mar. 2011.

Resumo: Neste artigo tentamos compreender os sentidos atribuídos ao lazer nos processos de identificação cultural e de pertencimento urbano numa cidade de médio porte do sul do Brasil, tendo por base as contribuições teórico-metodológicas advindas dos campos da história do tempo presente e da história oral. Para tanto, além da análise de numerosos escritos que circularam pela imprensa brasileira, procedemos à interpretação histórica de narrativas de memória elaboradas por pessoas idosas, atentando para suas sensibilidades no que toca às práticas de lazer que experimentam no presente e/ou experimentaram no passado da cidade em que residem. Ao final, empreendemos um esforço de analisar as formas pelas quais nossos entrevistados narram seu próprio envelhecimento e buscam dar dimensões a novos laços sociais com o local onde residem, qualificando suas vivências de acordo com passados imaginados e futuros almejados.

Palavras-chave: memória, cidade, história do tempo presente, história oral.

Oral History, city and leisure in the present

Abstract: In this article we try to understand the meanings attributed to leisure in the processes of cultural identification and urban belonging in a medium-sized city in southern Brazil, based on the theoretical and methodological contributions arising from the fields of History of present time and Oral History. For this, besides the analysis of many writings that circulated in the Brazilian press, we proceed to the historical interpretation of narratives of memory developed by elderly people, observing their sensitivities with respect to the practices of leisure which they experience in the present and / or experienced in the city in which they lived. In the end, we undertook an effort to analyze the ways in which our respondents narrate their own aging and seek to give new dimensions to social ties within local jurisdictions, describing their experiences according to an imagined past and a desired future.

Keywords: memory, city, History of present time, Oral History.

Recebido em 31/03/2014

Aprovado em 18/07/2014